


plano diretor municipal
marvão Programa de Execução e Plano de Financiamento



agosto 2016

município de Marvão

lugar do plano, gestão do território e cultura





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	5
3. ENQUADRAMENTO FINANCEIRO	6
4. PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES.....	9
4.1. execução e FINANCIAMENTO.....	10
4.1.1. Apoio à Atividade Económica.....	11
4.1.2. Requalificação Urbana	12
4.1.3. Turismo, Cultura e Lazer	14
4.1.4. Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural.....	17
4.1.5. Sistema de Acessibilidades e Transportes	18
4.1.6. Sistema Ambiental.....	19
4.1.7. Energia	20



1. INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio aprova a revisão do 'Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial', aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro com as sucessivas alterações ocorridas desde então.

O presente Decreto-Lei desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei nº 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Neste sentido, o Plano Diretor Municipal (PDM), mantém-se como um instrumento de definição estratégica municipal ou intermunicipal, estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial. No seguimento dos anteriores diplomas, o novo regime exige que o PDM, enquadrado no modelo de organização municipal do território que define, institui a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económico-financeira e da viabilidade técnica das propostas, passando o programa de execução e o plano de financiamento dos programas e planos territoriais a terem de integrar, nomeadamente:

- A identificação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes, por prioridades;
- A estimativa dos custos individuais das ações previstas e dos respetivos;
- A estimativa dos custos individuais das ações previstas e dos respetivos prazos de execução;
- A definição dos meios e dos sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução;
- A estimativa da capacidade de investimento público, tendo em conta os custos da execução.

Introduz a obrigatoriedade da inscrição da programação dos planos territoriais nos planos de atividades e nos orçamentos municipais.

É por isso que os municípios, no âmbito das suas competências de elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território, desde logo têm a necessidade de identificar e programar cenários de atuação com recurso a apoios de financiamento, cada vez mais limitado pelo seu Orçamento de Estado, contrapondo a um âmbito / campo de intervenção e de responsabilização do município cada vez mais abrangente.



Este facto exige dos municípios um maior rigor na programação e financiamento das intervenções, definindo as prioridades, pela sua importância e contributo na concretização do modelo e da estratégia municipal de desenvolvimento preconizado para o seu território. Tudo isto num contexto de intervenção em planeamento em que os fatores tempo e a incerteza definem as oportunidades e consequentemente as prioridades.

Este quadro económico e financeiro fortemente condicionado do município, sujeita e faz depender, cada vez mais, a ' construção do território ', aos procedimentos e iniciativas dos proprietários e promotores privados, no âmbito das quais a autarquia assumirá um papel fundamental como ' regulador ' e ' moderador ' das intervenções.

No essencial o protagonismo municipal deve evidenciar-se na implementação das intervenções quer enquanto executor, procedendo à realização das infraestruturas e dos equipamentos de interesse público e utilização coletiva, quer como coordenador e dinamizador na orientação / gestão da execução das prioridades estabelecidas.



2. OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A estratégia de desenvolvimento assenta num conjunto de objetivos estratégicos que pretendem a valorização dos recursos naturais e patrimoniais do concelho, afirmação como destino turístico, promover a atratividade do concelho ao investimento empresarial contribuindo para o aumento da competitividade, empregabilidade e fixação das pessoas contrariando assim o despovoamento territorial que se tem verificado maioritariamente associado à saída de pessoas do concelho em busca de melhores oportunidades e condições de vida. A aposta na reabilitação urbana pela via da valorização do património cultural, da afirmação dos valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana.

- Contribuir para a afirmação de Marvão como território de património natural, cultural e paisagístico constituindo-se um destino atrativo para viver e visitar

- Contrariar o progressivo despovoamento dos territórios do interior, de baixa densidade, promovendo a afirmação de sinergias locais que a condição natural e humana lhes confere

- Afirmar os valores identitários locais no contexto regional e nacional

- Promover a reabilitação e regeneração dos tecidos urbanos e valores culturais e patrimoniais

- Desenvolver e afirmar o potencial desenvolvimento económico que a condição de potencial destino turístico lhe confere, quer pela via da valorização dos seus recursos endógenos no domínio do ambiente e recursos naturais, do património natural e edificado, a gastronomia, quer enquanto meio de desenvolvimento local e regional pelo potencial de atração e de desenvolvimento de novas atividades e dinamização das existentes.



3. ENQUADRAMENTO FINANCEIRO

Ao planeamento é-lhe hoje exigida uma capacidade nova de lidar com o Tempo, os Atores e os Recursos, a qual varia em função da estratégia de intervenção da Câmara Municipal, cujas decisões por sua vez, são tomadas em função desta diversidade de variáveis.

Assiste-se a novas formas de financiamento das intervenções públicas - proliferam programas de financiamento, indutores de celeridade e efetivação dos projetos. Associado a estes programas existem um conjunto de sistemas de engenharia financeira mais exigentes, dotando-os de maior solidez, uma vez que se apoia em estudos de viabilidade e apresenta cenários que identificam entidades, agentes ou parcerias a desenvolver.

Assim, as formas de financiamento podem variar em função da capacidade mobilizadora da própria Câmara Municipal no envolvimento de agentes externos à Câmara, bem como pelo recurso a programas de apoio públicos.

As propostas de financiamento preconizadas assentam fundamentalmente no âmbito do enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2014-2020, consubstanciado no Programa Portugal 2020, e que tem a sua estruturação operacional sistematizada através da criação de Programas Operacionais (no Continente e por Regiões) a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial, identificando em função dos objetivos e tipologias dos projetos os eixos prioritários a que estes serão candidatáveis.

Considerando os objetivos estratégicos das intervenções definidos pelo plano, assim como as especificidades dos vários projetos do Portugal 2020, procedeu-se à análise dos seguintes programas operacionais:

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), que assume como objetivo central a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajetória de convergência real da economia portuguesa com a União Europeia, baseada na competitividade do país e das suas regiões, das empresas e dos territórios.



Como objetivos específicos do POCI temos:

- Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
 - Reforço da competitividade das PME incluído a redução de custos públicos de contexto;
 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego;
 - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração;
 - Assistência Técnica.
- Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE), visa o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social.

Para a concretização desta estratégia será mobilizado um conjunto de prioridades de investimento em torno dos seguintes eixos:

- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
 - Iniciativa Emprego Jovem;
 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
 - Assistência técnica;
- Programa Operacional Temático Capital Humano (POCH), tem como objetivo promover o aumento da qualificação da população, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus, garantindo a melhoria do nível de qualidade nas qualificações adquiridas, melhorando o sucesso escolar, reduzindo o abandono, promovendo a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a par do reforço da competitividade económica.



Este programa visa acelerar a trajetória de convergência com os parceiros europeus, nomeadamente nos contributos para os seguintes objetivos:

- A promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;
 - Reforço do ensino superior e da formação avançada;
 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade;
 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos.

Como eixos essenciais do POSEUR, temos:

- Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.
- Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA), para o período 2014-2020 (NORTE 2020), tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais.

As suas prioridades estratégicas, assentam nos seguintes eixos prioritários:

- Eixo 1, Competitividade e Internacionalização das PME – OT3;
- Eixo 2, Ensino e Qualificação do Capital Humano – OT10;
- Eixo 3, Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – OT1;
- Eixo 4, Acessibilidade para a Competitividade – OT7;
- Eixo 5, Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos – OT8;
- Eixo 6, Coesão Social e Inclusão – OT9;
- Eixo 7, Eficiência Energética e Mobilidade – OT4;
- Eixo 8, Ambiente e Sustentabilidade – OT6;
- Eixo 9, Capacitação Institucional e Modernização Administrativa – OT2 e OT11;
- Eixo 10, Assistência Técnica.



4. PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES

O PDM de Marvão enquanto instrumento de gestão e planeamento municipal que visa estabelecer uma estratégia de desenvolvimento e ordenamento, definindo um modelo de estrutura espacial de todo o território municipal, identifica algumas ações, intervenções / projetos estratégicas e estruturantes da implementação desse modelo.

A programação dessas ações, enquanto geradoras das dinâmicas que se pretendem implementar, foram escalonadas no tempo em função das prioridades e oportunidades de concretização, face os objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos.

Contudo, o quadro do ' Novo Urbanismo ', em que a instabilidade, incerteza, mudança e probabilidades, são conceitos intrínsecos, exige à autarquia a definição de um programa com alguma flexibilidade e simultaneamente, rigor, empenhamento e acompanhamento sistemático que permita balizar dentro do período de tempo definido a execução das intervenções identificados como fundamentais e estruturantes da implementação da estratégia municipal preconizada.

Não se espera no entanto, que todas as propostas obedeçam a um calendário rígido ou que as suas prioridades vejam a sua hierarquia inalterada.

No sentido de sistematizar e identificar as intervenções estratégicas, foram elaboradas tabelas para cada tema de ação / intervenção que, constituindo apenas um quadro de referência, estabelece a prioridade, o horizonte temporal, o custo estimado e sugere orientações de parcerias com algumas entidades consideradas fundamentais na sua concretização, foram ainda, identificadas as fontes de financiamento das intervenções. Estes elementos, pretendem ser uma orientação que poderá apoiar o município no seu plano de atividades e funcionar como recurso fundamental para candidaturas a apoios e financiamentos comunitários.

4.1. EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

Apresenta-se seguidamente o programa de execução, contendo as disposições indicativas das intervenções municipais previstas pelo PDM de Marvão, calendarização da execução, prioridade, atores a envolver e meios de financiamento para a sua concretização. A realização das intervenções dependerá da capacidade e a possibilidade de enquadramento no quadro de apoio financeiro “ Portugal 2020”, da capacidade institucional de envolver agentes e entidades e na capacidade e equilíbrio de resolução financeira do município. Nesse sentido considera-se os seguintes domínios de atuação.

Diagrama 1. Domínios de Atuação



4.1.1. Apoio à Atividade Económica

A atividade empresarial e industrial é fundamental para o desenvolvimento económico do concelho, nesse sentido, é uma aposta do Município, o reforço da sua estrutura produtiva para o qual se julga fundamental a dotação de novos espaços destinados à instalação de unidades industriais, de armazenagem, de serviços, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos nomeadamente comerciais e de equipamento, assim como o desenvolvimento de ações de apoio ao investimento e empreendedorismo.

Tabela 1. Ações/ Intervenções - Apoio à Atividade Económica

Apoio à Atividade Económica	Prioridade	Calendarização											Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026				
Expansão do Espaço de Atividade Económicas existente em Santo António das Areias - UOPG*	Média													325.000 €	CMM	325.000 €
Criação de um Espaço de Atividade Económicas na Portagem - UOPG*	Média													325.000 €	CMM	325.000 €
Ninho de empresas de Beirã	Alta													250.000 €	CMM	250.000 €
* UOPG deverão ser sujeita a PP																



4.1.2. Requalificação Urbana

A delimitação e redefinição dos perímetros decorrentes da revisão do PDM, verificou uma diminuição dos perímetros em vigor, apoiados na sua contenção e nucleação, mais do que no seu crescimento, privilegiando muito mais a promoção da reabilitação do edificado existente. Os aglomerados do concelho constituem elementos a valorizar, a oposta na qualificação urbana e ambiental, a recuperação do património e das suas envolventes, a dinamização do tecido económico e social, a melhoria das condições dos equipamentos de utilização coletiva, são fatores decisivos para aumentar a atratividade, combater o despovoamento, assim como promover a competitividade, tornando a Vila de Marvão amigável e qualificada para todas as gerações.

Tabela 2. Ações/ Intervenções - Requalificação Urbana

Requalificação Urbana	Prioridade	Calendarização											Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026				
PARU de Marvão	Alta													2.965.000,00 €	CM/Portugal 2020/Entidade Regional Turismo do Alentejo	219.750 €
ARU do Núcleo Histórico - Valorização da Estrutura Verde e Embelezamento Cénico	Alta													100.000,00 €	CM/Portugal 2020	
ARU do Núcleo Histórico - Requalificação da Igreja do Calvário (cobertura e fachadas)	Alta													80.000,00 €	CM/Portugal 2020	
ARU do Núcleo Histórico - Recuperação de instalações sanitárias públicas	Alta													60.000,00 €	CM/Portugal 2020	
ARU do Núcleo Histórico- Recuperação e reconversão funcional do antigo parque de máquinas, para instalação de equipamento de uso público	Alta													300.000,00 €	CM/Portugal 2020	

Requalificação Urbana	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público		
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026	
ARU de Santo António das Areias - Recuperação de edifício para equipamento de utilização coletiva	Alta													300.000,00 €	GD Arenense/Portugal 2020	
ARU de Santo António das Areias - Requalificação e valorização paisagística da Praça de S. Marcos	Alta													120.000,00 €	CM/Portugal 2020	
ARU de Santo António das Areias - Recuperação da antiga fábrica da Celtex, para instalação do parque de máquinas municipal (cobertura e fachadas)	Alta													250.000,00 €	CM/Portugal 2020	
ARU's da Área de Intervenção - Plano de Comunicação, divulgação e animação	Alta													255.000,00 €	CM/Portugal 2020/Entidade Regional Turismo do Alentejo	
ARU's da Área de Intervenção - Recuperação de imóveis, por parte de privados, para habitação, comércio e serviços	Alta													1.500.000,00 €	CM/Portugal 2020	
Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)	Alta													20.000,00 €	CMM	20.000 €
Realização de ORU's para as ARU's	Alta													200.000,00 €	CMM	200.000 €
Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas	Alta													25.000,00 €	CMM	20.000 €
Consolidação da Rede de Equipamentos	Alta													500.000,00 €	CMM, Instituições/Portugal 2020 e outros	100.000 €
Reabilitação do Antigo Edifício do ICNF	Alta													100.000,00 €	ICNF, Municípios associados ao PNSSM	100.000 €

4.1.3. Turismo, Cultura e Lazer

O Turismo é um setor estratégico para o concelho de Marvão, um dos principais objetivos do PDM é promover este território, reforçar a sua imagem enquanto destino turístico, contribuindo para o desenvolvimento económico e social. Marvão possui especificidades de eleição associadas às condições naturais sustentadas pela sua integração no Parque Natural da Serra de São Mamede, ao património cultural, empreendimentos turísticos de qualidade (Hotéis e TER), entre outras, que conferem uma identidade muito própria. O concelho apresenta grande potencialidade de desenvolvimento do Turismo numa perspetiva ambiental de forte relação com a natureza, mas também no quadro do património arquitetónico e arqueológico assim como na área da gastronomia e Vinhos. Importa referir também, que para o município é estratégico o desenvolvimento do segmento do Golfe, existe um promotor que se encontra interessado em investir na reativação do campo de golfe de Marvão e implantar um hotel adjacente ao Aldeamento Turístico d’Azenha, contudo verificam-se algumas incompatibilidades com o POPNSSM, pelo que o Município tem tentado mediar o processo com diversas entidades no sentido que se ultrapasse as contingências e o projeto se concretize, pois possibilitará a abertura a novos mercados turísticos contribuindo para o desenvolvimento económico local mas também da região.

Tabela 3. Ações/ Intervenções - Cultura/Património/Turismo

Cultura / Património / Turismo	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Cidade Romana d’Ammaia	Média												1.600.000 €	CM/Fundação D’Ammaia/Portugal 2020	400.000 €
Ampliação da área do atual espaço do Museu da Ammaia em cerca de 500 / 600 m2	Média												400.000 €	CM/Fundação D’Ammaia/Portugal 2020	100.000 €
Criação de novos espaços expositivos e integração das áreas do Laboratório de Conservação e Restauro da Fundação	Média												400.000 €	CM/Fundação D’Ammaia/Portugal 2020	100.000 €

Cultura / Património / Turismo	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Construção de estrutura pré-fabricada (150m2), contigua ao Laboratório de Conservação e Restauro para instalação do "Centro de Ciência Viva sobre Arqueologia e Ciências do Património	Média												400.000 €	CM/Fundação D'Ammaia/Portugal 2020	100.000 €
Construção de acesso/travessia da EN359 entre a Quinta do Deão e a Tapada da Aramenha (área central das ruínas da cidade Romana)	Média												300.000 €	CM/Fundação D'Ammaia/Portugal 2020	75.000 €
Criação de circuito de visita no interior do perímetro das ruínas da cidade Romana de Ammaia (Delimitação superficial da malha urbana da cidade)	Média												100.000 €	CM/Fundação D'Ammaia/Portugal 2020	25.000 €
Novas Rotas e Percursos															
Roteiro Birdwatching	Média												80.000 €	Privados e CMM/Portugal 2020	20.000 €
Rota do Judaico	Média												80.000 €	Privados e CMM/Portugal 2020	20.000 €
Circuito Turístico Ferroviário	Média												80.000 €	Privados/Portugal 2020	20.000 €
Circuitos BTT	Média												75.000 €	Privados e CMM/Portugal 2020	20.000 €
Valorização Turística da Alb. Da Apartadura															
Empreendimento Turístico - Hotel	Média												3.000.000 €	Privados/Portugal 2020	
Apoios à Zona de Recreio e Lazer	Média												100.000 €	Privados/Portugal 2020	

Cultura / Património / Turismo	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Zona de Recreio e Lazer	Média												50.000 €	Privados/Portugal 2020	
Valorização Turística do Rio Sever	Média														
Requalificação da Piscina Fluvial - Portagem	Média												150.000 €	CMM	150.000 €
Herdade do Pereiro	Média												5.000.000 €	Privados	5.000.000 €
Termas da Fadagosa	Média												5.000.000 €	Privados	5.000.000 €
Candidatura de Marvão a Património Mundial da UNESCO	Média												100.000 €	CMM, ERT/Portugal 2020	20.000 €
Centro de Inovação Turística do Tejo Internacional - Edifício da Antiga Alfândega em Porto Roque	Média												270.000 €	INTERREG V-A 2014-2020	50.000 €
Equipamento de restauração de apoio à divulgação do património gastronómico da zona raiana - Edifício da antiga Alfândega em Porto Roque	Média												190.000 €	CMM/Portugal 2020	38.000 €
Planos de Marketing Territorial e de Comunicação e Informação - ex: eventos culturais, desportivos, gastronómicos, etc	Média												75.000 €	CMM/Portugal 2020	15.000 €
Ecomuseologia - Espaço das Caleiras da Escusa	Média												200.000 €	CMM/Portugal 2020	40.000 €
Reabilitação de Edifício para Espaço Museológico - Museu Militar	Média												150.000 €	CMM/Portugal 2020 e outros	30.000 €

Cultura / Património / Turismo	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Criação de uma "Marca Turística"	Média												100.000 €	CMM e privados/Portugal 2020 e outros	20.000 €

4.1.4. Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural

Nestes concelhos de baixa densidade, pretende-se contrariar a realidade que os caracteriza como territórios em perda, estimulando iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos. Para além do aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, apresenta-se como estratégico para o concelho que apresenta um forte caráter rural.

Tabela 4. Ações/ Intervenções – Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural

Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Valorização dos Territórios de Baixa Densidade	Média												100.000 €	CMM/Portugal 2020 e outros	15.000 €
Floresta dos Territórios de Baixa Densidade: Ambiente e Valorização Económica	Média												500.000 €	CMM/Portugal 2020 e outros	100.000 €
Aumento da Resiliência aos Incêndios florestais e da Zonagem do Território - ex: Revisão do PMDFCI	Média												500.000 €	CMM/Portugal 2020 e outros	100.000 €



4.1.5. Sistema de Acessibilidades e Transportes

A rede viária de Marvão é considerada suficiente para servir os aglomerados do concelho, no entanto, constitui-se fundamental intervir na sua qualificação, colmatando algumas deficiências em termos de características de conservação da mesma, aumentando assim as condições de circulação viária e pedonal, nomeadamente pela dotação de passeios, correta sinalética e eventuais reformulações do sistema de circulação e tráfego, assim como na criação de traçados alternativos capazes de eliminar pontos de conflito.

Planear a rede viária significa prever a ligação/comunicação entre todas as áreas e todas as escalas, conseguindo-se no conjunto uma estrutura hierarquizada, legível que permita uma clara identificação de percursos. Ao nível dos aglomerados esta legibilidade é ainda mais importante, porque a escala humana é mais evidente, impondo-se a maior necessidade de contemplar as diferentes formas de mobilidade e acessibilidade, sendo condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania.

Tabela 5. Ações/ Intervenções – Sistemas de Acessibilidade e Transportes

Sistema de Acessibilidades e Transportes	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público			
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026		
PAMUS de Marvão																	
Percurso Pedestre entre a Fonte da Pipa e as Portas do Rodão	Média													150.000 €	CM/Portugal 2020	30.000 €	
Acessibilidade e Inclusão social - Vila de Marvão	Média													1.000.000 €	CM/Portugal 2020	200.000 €	
Acessibilidade e Inclusão social - Portagem	Média													500.000 €	CM/Portugal 2020	100.000 €	
Acessibilidade e Inclusão social - St.º Antonio das Areias	Média													1.000.000 €	CM/Portugal 2020	200.000 €	
Parque de Estacionamento - St.º Antonio das Areias	Média													150.000 €	CM/Portugal 2020	30.000 €	
Benefeciação da Rede de Acessibilidade Interna, Intermunicipal e Transfronteiriça	Média													1500000	CMM	1500000	
Sistema de Transportes Coletivos - CM	Média													500000	CMM	500000	
Transporte Amigavel - CM (3ª idade, áreas desfavorecidas)	Média													100000	CMM	100000	

Criação do Aeródromo	Média													1000000	CMM e Privados/Portugal 2020 e outros	200000
----------------------	-------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------	---------------------------------------	--------

4.1.6. Sistema Ambiental

No horizonte do plano prevê-se intervenções que se prendem com a execução de projetos de remodelação e alargamento das redes públicas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, bem como ações ao nível da recolha e tratamento de resíduos.

Tabela 6. Ações/ Intervenções – Sistema Ambiental

Sistema Ambiental	Prioridade	Calendarização											Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026				
Melhoria Continua dos Sistemas de Abastecimento Público de Água	Alta													2.000.000 €	CMM	2.000.000 €
Melhoria Continua dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	Alta													2.000.000 €	CMM	2.000.000 €
Execução de redes de águas pluviais em aglomerados urbanos	Alta													1.000.000 €	CMM	1.000.000 €
Substituição das fossas sépticas coletivas dos vários aglomerados com ETAR's compactas	Alta													1.000.000 €	CMM	1.000.000 €



4.1.7. Energia

Indo de encontro aos objetivos energéticos de diminuição da energia proveniente de combustíveis fósseis e da eficiência energética do PNPT e PROT, o município promoverá:

Tabela 7. Ações/Intervenções - Energia

Energia	Prioridade	Calendarização										Estimativa de Custo	Fonte/Sujeitos Responsáveis pelo Financiamento	Estimativa de Montante de Investimento Público	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025				2026
Melhoria da Eficiência Energética - Espaço e Edifícios Públicos	Média												1.000.000 €	CMM/Portugal 2020 e outros	200.000 €